



CONTRIBUIÇÃO PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA DA PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

RAFAEL OLIVEIRA DOS SANTOS*

INTRODUÇÃO

Se existe algum lugar do mundo que é capaz, ou que pelo menos vem se demonstrando capaz, de recolocar no horizonte do debate político a polarização e os antagonismos de projetos entre esquerda e direita, de forma mais explícita e decisiva, este lugar sem dúvida alguma é, ainda, a América Latina. E esta América Latina que materializa sua vocação à insurgência é justamente esta que vive a passagem da primeira década do século XXI, ancorada por um tensionamento político sobre bases absolutamente originais e contraditórias. Algo informado, por exemplo, pela coloração político-institucional, nos marcos da democracia liberal, em sua reciprocidade dialética (Mészáros, 2009) com os movimentos sociais presentes na sociedade civil, que metam e objetivam tencionar com um conjunto de referências que organizaram a vida pública da região nas últimas duas décadas. Esta América Latina interpõe tempos históricos e *ethos* civilizacionais distintos neste início de século. Obviamente, o faz sob o signo do ferro e do fogo. O faz pelas possibilidades em aberto da vontade coletiva e das interdições delimitadas e impostas pelas circunstâncias históricas. Retificando e/ou ratificando seu destino tal qual dito em *A Ideologia Alemã*. Onde temos, numa de suas mais clássicas passagens, que “(...) as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (...)” (MARX, 2007, p.43).

No quadro desta “renovada presença de la

izquierda en la vida política latino-americana” (BORON, 2004, p. 41), há na memória imediata da organização política da qual governos como o de Lula no Brasil (de 2002 a 2011) e Evo Morales na Bolívia (desde 2006) são resultado, presidentes eleitos e reeleitos através de ampla mobilização de setores progressistas e populares, a experiência neoliberal na região – a qual o atual presidente do Equador, Rafael Correa, em 2006, então candidato nas eleições do país, chamou de “longa noite neoliberal”. O neoliberalismo¹, portanto, deixou como exigência primeira à tal “presença renovada da esquerda” na região a necessidade antinômica de resgatar o Estado, por assim dizer. Esta tarefa, numa medida fundamental, lastreou as forças políticas de esquerda em diversos pleitos eleitorais na região e foi capaz de no imaginário coletivo e no debate público estipular o índice de distinção entre esquerda e direita na vida política latino-americana. Ou seja, o resgate do Estado, digamos assim, ocupou um papel central no acúmulo ideopolítico, espiritual e material, da esquerda latino-americana nos últimos anos. E com ele, e/ ou por ele, o tema do “desenvolvimento” se impôs enquanto pauta política da região na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que o problema da “modernidade”, em alguma medida, se atualizou na concepção de mundo vigente na práxis política dos atores sociais envolvidos que se orientam à superação de mazelas históricas que persistem em toda a região.

O IDEÁRIO MODERNIZADOR COMO INSTRUMENTO CONSERVADOR DAS CLASSES DOMINANTES

“(...) etnocentrista, demandando a manutenção de uma parte da população num ‘nível atrasado e arcaico’, com a contrapartida da ‘ocidentalização’ de uma parcela da sociedade (...)” (DOMINGUES, 2003, p.179).

Este seria o caráter histórico do processo de modernização engendrado na América Latina. Ou, ao menos, uma perspectiva crítica quanto ao modo pelo qual a “civilização” se apresenta e se impõe à região. Por sua vez, a alternativa investigativa sociológica conservadora, periférica ou central, informa que o atraso crônico da região ou sua incapacidade estrutural-sistêmica (quicá, inclusive, espiritual) em assimilar os paradigmas modernos se deve a uma equação que se expressa por uma espécie de grosseira apropriação do que o espectro progressista nas ciências sociais concebe por idéia fora do lugar². Redutos intelectuais conservadores tendem a atribuir a vulnerabilidade e debilidade crônica da qual nossas instituições republicanas e democráticas (modernas), por exemplo, padecem a uma lacuna constitutiva da região – que se manifesta nas esferas da política, do direito, artes, economia, entre outros. Ou seja, o que se diz na fala da perspectiva oficialista da versão hegemônica é que há algo, para além do desenvolvimento histórico na simbiose dialética, que estabelece o nexo entre o objetivo e subjetivo, que edifica o *real*, que a região partilha com sua história presente o que há de mais atrasado em sua história passada.

Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, explanando a respeito de uma modernização conservadora³ gerida pelas camadas dirigentes nativas, fruto de um fervor revolucionário refém do imobilismo e da devoção à legalidade, oriundo de uma indisfarçável comodidade com a ordem patriarcal e autocrática destas camadas, pondera que seria apenas desta forma e não de outra que se daria todo e qualquer embate no seio do capitalismo periférico

brasileiro – passível de generalização, acreditamos, à América Latina. A formação, por exemplo, do Brasil enquanto nação, em tudo o que isto implica, é produto histórico da espoliação colonial do agente externo – assim como é o que desta nação emerge em termos de formas sociais. Não estando à parte disto os próprios senhores de engenho locais – e as camadas mais privilegiadas, de forma global no recorte tratado. Pois, como coloca Florestan, o setor privilegiado:

“(...) aceitava uma especialização ao nível da economia internacional da época que o convertia no principal elemento humano da preservação, fortalecimento e expansão do próprio sistema colonial como e enquanto sistema colonial (...)” (FERNANDES, 1976, p.25-26).

De maneira que “(...) o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente (...), mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração (...) à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias e agências comerciais” (FERNANDES, 1976, p.24-25). Ou seja, desprovida e despojada da possibilidade de um acúmulo material que a forjasse para além do que se demandava dela, rumo à superação de sua alienação ao encontro de sua emancipação. Assim, constituindo-se alvo da expropriação e, ao mesmo tempo, agente da drenagem e exploração de mão de obra e recursos naturais em benefício da economia do Velho Mundo. Pensamos que este arsenal teórico explicita não somente a relação do proto-Brasil moderno com o poderio imperial português durante este período, mas também de outras realidades históricas nas Américas, sobretudo aquelas edificadas pelo império espanhol. O que, por sua vez, não significa uma defasagem ou um descompasso com o processo de independência política e modernização nacional empreendida pelos países latino-americanos. Pois, sabe-se hoje que

“(...) o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista (...) a grande propriedade privada transformou-se em empresa capitalista agrária (...)”

(COUTINHO, 2007, p. 196).

Isto é, o descompasso do capitalismo latino-americano, e da modernização que deste é necessária, com o passo do centro desenvolvido do capital diz respeito ao ritmo da mesma música, por assim dizer. Substancialmente, portanto, o ideário modernizador ser a pedra filosofal da permanência de uma sociabilidade com conteúdos arcaicos e atrasados é a condição de modernização burguesa para os países da América Latina. De modo que não existe nenhuma descontinuidade, nestes termos, entre o edifício político-econômico e ideocultural com seus arranjos institucionais e cotidianos nos países da região e aquilo que há nos países do centro do sistema. Algo que

“(…) indica que, de uma certa forma, talvez da única forma ‘realmente’ possível, as promessas de racionalização e de modernização da realidade social já foram realizadas pela dinâmica do capitalismo (…)” (SAFATLE, 2008, p. 69)

Quando no ano de 1981, Florestan Fernandes, em *O que é Revolução*, afirma que “(…) Toda sociedade de classes, independentemente do seu grau de desenvolvimento capitalista, possui certas exigências econômicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas (…)” (2007, p.58), tem em vista, provavelmente, algo que em seu tempo se apresentava como tendência, mas que hoje, pensamos, é uma absoluta presença: a possibilidade de a esquerda estipular sua inserção na realidade social, balizando sua capacidade antinômica com a ordem posta, sob a discursividade de certo progressismo, por assim dizer. Ou seja, que diante do diagnóstico correto de nosso subdesenvolvimento houvesse uma concepção de desenvolvimento vazia ou pouco substancial, fetichizada, à luz da efetiva qualidade do referido subdesenvolvimento enquanto manifestação particular de um movimento universal. Cujas expressões poderiam ser exatamente o cotejo de um conjunto de tarefas assumidas que não necessariamente correspondessem à prescrição de outro arranjo societário, pois, estão contidas ainda na estrutura *daquilo que existe mesmo não havendo*

aqui. Trata-se, em realidade, do real estatuto do antagonismo da sociedade capitalista que, quando não conceitualmente problematizado com devida atenção, pode gerar resultados necessários ao mesmo tempo em que não esperados (por aquelas forças sociais que o realizam no mundo). Sem entrarmos em maiores considerações sobre o tema, acreditamos ser possível ilustrar os termos da discussão sobre o seguinte:

“(…) Como é sabido existe uma distinção muito importante, no pensamento marxista, entre antagonismo e contradição: a contradição é o gênero do qual o antagonismo é somente uma espécie (…). A contradição é a origem de todo o movimento, é a mola profunda de toda transformação (…) é uma condição da existência como tal (…)” (KONDER, 2009, 104).

Ora, não seria este o problema hoje que os críticos do “neodesenvolvimentismo” imputam a determinados governos de esquerda na América Latina contemporânea? Acreditamos que, num nível fundamental, a práxis política, por exemplo, que define o PT no Brasil hoje pode ser apreendida à luz do problema antagonismo-contradição. O paradigma de formulação para alternativas políticas pós-neoliberais ancora-se positivamente no protagonismo do Estado nas políticas de governo – o Estado operado pelas forças sociais progressistas é sujeito regulador do mercado e agente econômico central, na retomada de investimentos públicos, do emprego formal, da seguridade social, do fortalecimento do mercado interno via consumo popular, da promoção da economia familiar, da reforma agrária etc.⁴ Que, por sua vez, dá-se sob uma caracterização do que é o programa neoliberal em nível de Estado: ajuste fiscal, contrarreforma do Estado, redução dos investimentos sociais, privatizações, redução da esfera pública e da legislação que assegura direitos nas relações de trabalho etc. – bem ilustrada pelo totem do “Estado-mínimo”. No entanto, talvez, fosse importante às forças sociais que projetam políticas pós-neoliberais conceber o “Estado-mínimo” como uma espécie de tautologia que o capital num dado momento, baseado

em certas expectativas pressionadas por determinadas necessidades, passou historicamente a formular sobre si e sobre o mundo. Talvez a qualidade da “contradição”, do ponto de vista da superação do subdesenvolvimento entendido como expressão da dinâmica do capital, ao imputar a presença e o protagonismo da iniciativa estatal como oposição ao modelo neoliberal, corresponde ao que Hegel definiu como “negação determinada”⁵ – ou seja uma modalidade de negação que pressupõe, necessariamente, para afirmar-se como tal aquilo que lhe é contrário.

DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO: NOMES DIFERENTES QUE NOMINAM O MESMO

Se assumirmos, tendo em vista as experiências dos países centrais do sistema, que a liberação ou o rompimento com o arcaico é uma espécie de expressão pura de uma contingência lógica, conseqüente e material de demandas estabelecidas pelo capitalismo burguês de tipo moderno e que, por sua vez, revolução burguesa, modernização e democracia correspondem a uma tríade orgânica absoluta que se determina autonomamente frente ao conjunto total do social, chegaremos à conclusão que na América Latina não houve nem revolução burguesa, nem acúmulo capitalista, modernidade ou democracia. Claro, não se trata disso, pois:

“(…) O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas (...) mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui-generis* (...)” (MARINI, 2005, p.138).

Marini ponderava que, nos países centrais, a maior obtenção de mais-valia não se expressava objetivamente numa maior exploração da classe operária local. Isto é, a esta era agregada uma maior

e mais extensiva apropriação da força de trabalho nos países periféricos pela lei da “troca desigual”. Realizada por meio da superexploração na periferia do capital que implica não uma maior exploração neste cenário e sim a maior apropriação do valor do trabalho – sucateamento da forma-salário – ou no prolongamento da jornada de trabalho ou em sua intensificação (OSORIO, 2009, p.175). Se tomarmos como referência os esforços teóricos dos que se situaram no campo da Escola da Dependência, mais marcadamente naquela de ascendência dialético-materialista – ainda que reconheçamos as outras tendências presentes no interior desta escola de investigação – pensamos ser possível resolver o aparente paradoxo “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”. A não superação ou esgotamento de pretéritos, sobrepostos num ecletismo esquizofrênico, por assim dizer, na qual estes não se negam, menos ainda se superam, mas se retroalimentam, é um traço distintivo de marco civilizatório e macrosocietário da América Latina. A polaridade não-substancial entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, portanto, poderia ser pensada, neste termos:

“(…) desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade, ou seja, que, embora sejam situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial (...)”. (CARCANHOLO, 2009, p.252).

Os apontamentos quanto à relação dialética que se estabelece entre centro e periferia, norte e sul, desenvolvimento e subdesenvolvimento são, talvez, a grande qualidade original e distintiva dos teóricos da dependência. Daí deriva-se a hipótese na qual se apreende que o arranjo civilizacional parido pelos capitalisms avançados localizados no centro do sistema viabilizou-se pela drenagem de recursos e acúmulo extraídos da periferia desta mesma estrutura internacional. O que significa dizer, entre outras coisas, que a boa aparência e saúde do capitalismo central,

bem como o episódio da refundação democrática do mesmo sob o signo do Estado de Bem-Estar Social, a repactuação do “contrato” societário entre as classes antagônicas de interesses divergentes, se devem necessariamente à sangria que debilita e esgota a capacidade do capitalismo periférico em organizar-se autonomamente.

“(…) Não é por acaso que a economia das sociedades latino-americanas tem sido chamada de ‘periférica’: de fato, aqui se produzia para o ‘centro’, ao passo que as economias ‘centrais’ do mercado produziam e vendiam à ‘periferia’ produtos industrializados (…)” (KONDER, 2009, p.80)

Ou seja, neste sentido, o desenvolvimento produz o subdesenvolvimento na mesma medida em que o subdesenvolvimento alicerça o desenvolvimento.

“(…) O subdesenvolvimento (...) não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento (...) tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia (...)” (OLIVEIRA, p.126).

Francisco de Oliveira, em seu “O ornitorrinco” (2003), sustenta a tese já formulada no clássico “Crítica à razão dualista” (1973), na qual nosso país vivenciou “(...) uma revolução produtiva sem revolução burguesa (...)” (OLIVEIRA, 2003, p.131). Marcada, neste sentido, por certas discontinuidades (aparentes) do ponto de vista clássico da via revolucionária burguesa, mas que em realidade manifestam a maneira pela qual a totalidade da revolução produtiva empreendida pela classe burguesa central se expressa na periferia do sistema. De modo que forjar uma nação, no sentido *strictu* da palavra, que ainda não se forjou, é uma espécie de espectro que ronda o imaginário de setores focados na resolução de tal empreendimento. Nas primeiras décadas do século XX, as forças sociais de esquerda na região organizaram-se em torno do suposto da necessidade da construção de “condições materiais e

objetivas” que viabilizassem, *a posteriori*, uma virada histórica.

“(…) A primeira estratégia da esquerda organizou-se em torno de grandes reformas estruturais que desbloqueassem o caminho do desenvolvimento econômico, personificado no projeto de nacionalização substitutiva das importações (...)” (SADER, 2010, p.130)

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em alguma medida, é a expressão formal de tal hipótese. Que era partilhada também por espaços políticos identificados com as referências ideológicas da Revolução de Outubro na Rússia de 1917. No entanto, quando os teóricos da Escola da Dependência⁶, repactuavam a qualidade dialética do materialismo que muitos evocavam mas nem sempre realizavam, tinha-se que o “(...) importante e que segue perfeitamente válido foi a (...) correta recolocação, do ponto de vista metodológico, da dimensão e da dinâmica sociológica e política de um capitalismo que se desenvolveu numa posição hierárquica periférica (...)” (FIORI, 1998, p.78). Como frisa Chico de Oliveira, a abordagem dualística-excludente sobre o processo histórico, sobretudo na América Latina, por suas insuficiências, é incapaz de captar as continuidades presentes no interior das metamorfoses do capitalismo que em constante movimento polariza de modo *desessencializado* desenvolvimento e subdesenvolvimento. O próprio surgimento de uma concepção desenvolvimentista já apontaria para uma espécie de distorção da posição da consciência político-econômica, de sua práxis, de sua penetração na realidade, por assim dizer, na medida em que sob tal visão de mundo há uma estrutura dada que não problematiza a reprodução social do modo de produção capitalista sob um ponto de vista ontológico – tomando-o, por conseguinte, a partir de sua forma clássica:

“(…) [após a Segunda Guerra Mundial] Nasce as chamadas teorias do desenvolvimento e nasce o desenvolvimentismo, como a ideologia que justificava, compreendia e ao mesmo

tempo legitimava a descoberta e a consciência de que o mundo era terrivelmente desigual (...)” (FIORI, 1998, p.69)

A “hipótese do desenvolvimento” hoje, isto é, a repactuação dos conteúdos originais do desenvolvimentismo no mundo contemporâneo, informa em boa medida a maneira pela qual diversos governos na América Latina orientam suas ações e, conseqüentemente, modos de inserção no mundo – baseados num princípio de oposição ao posto. O grande dilema das forças de esquerda na região diante da positivação administrativa da cartilha neoliberal em nível de Estado forçou a estes segmentos, sejam partidos políticos e/ou movimentos sociais, um tipo de penetração na realidade histórica fundada na necessidade de antinomizar, por assim dizer, com os emblemas do “Estado mínimo” – o jargão neoliberal. Assim, podemos pensar que o neodesenvolvimentismo é o método geral, em forma e conteúdo, dos governos progressistas na região que chegaram ao poder animados pela mobilização popular de setores massivos em seus países nos últimos anos. Cujas energias mais espontâneas dava-se frente ao assombro do “dilúvio neoliberal” (BORON, 2007).

NEODESENVOLVIMENTISMO E “TAREFAS PENDENTES”: O ESTADO COMO FETICHE?

A reatualização do discurso desenvolvimentista contém certa mística na qual o Estado, como uma espécie de portador universal do interesse público e comum, deveria elevar-se à condição de protagonista, por assim dizer, para que se imponha politicamente um tipo de arranjo socioeconômico mais justo e igualitário nas realidades nacionais. O que, por vezes, acreditamos, pode passar despercebido é que o protagonismo do Estado nestes termos não significa *a priori* uma submissão de interesses privados e particulares, encarnados pelo mercado, orientados pelo metabolismo do capital, nestas mesmas realidades nacionais. Apostar em tal discursividade desenvolvimentista, por exemplo, pode significar uma espécie de reversão da inversão materialista que Marx realizou frente ao edifício filosófico hegeliano que,

por muitos setores que encampam e tocam política e ideologicamente o neodesenvolvimentismo, foi condenado – com boa dose, inclusive, de mau juízo e recalque, em nossa avaliação – como um idealismo ingênuo em função da tradição de certo marxismo da qual estes mesmo setores são herdeiros.

Do “longo ciclo eleitoral latino-americano” (SADER, 2006) que deu forma madura à intenção estatal que motivou a esquerda política e os movimentos sociais no interior da sociedade civil em cada realidade nacional, emergiu de modo positivo aquilo que hoje chamamos de “neodesenvolvimentismo”. Se o desenvolvimentismo na América Latina em sua primeira manifestação era “(...) a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países (...)” (GONÇALVES, 2012, p.11), o neodesenvolvimentismo encarnaria o quê? O que justificaria sua existência na atual quadra histórica?

“(…) As formulações do novo desenvolvimentismo destacam as falhas do nacional-desenvolvimentismo e se posicionam como críticas ao Consenso de Washington e à ortodoxia convencional (...)” (idem, *ibidem*, p.13)

Ainda segundo Gonçalves, há algo que no “novo desenvolvimentismo” o contrasta frente a sua primeira encarnação: a “liberação comercial”⁷. Sem entrarmos demasiadamente na abordagem do autor, pensamos, para nosso objetivo, que rememorar a célebre correção marxiana a Hegel sobre “repetição histórica” na abertura de *O 18 Brumário* (2010) é ilustrativo. O neodesenvolvimentismo enquanto princípio explicativo da realidade histórica latino-americana que imputa ao Estado o papel de agente estratégico da promoção de políticas de planejamento e bem-estar social (CASTELO, 2009), hoje materializa-se sob o delineamento de um

“(…) projeto nacional de crescimento econômico combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução deste objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e

na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas (...)” (CASTELO, 2009, p.75)

O Estado passa então a ser convocado para a confecção de um novo marco societário que garanta conquistas que os segmentos sociais populares na América Latina jamais desfrutaram. Há aqui uma espécie de promessa modernizadora lastreada agora, uma vez mais, pela figura do Estado. Após o contexto das ditaduras militares, a região nas últimas décadas do século XX viveu um processo de reabertura democrática. A possibilidade institucional, pela via democrática, de assegurar o poder político ao tornar o Estado uma possibilidade às forças sociais progressistas fez com que este passasse a ser figurado pelas mesmas de modo distinto. Dessa forma, subjaz na práxis neodesenvolvimentista certa pulsão moderna – orientada por supostos da modernidade, como, por exemplo, a cidadania. Isto é, há na inserção do Estado neodesenvolvimentista uma intenção moderna: assegurar a todos os membros de uma sociedade, nacionalmente situada, o título de sujeitos portadores de direitos – assim, por conseguinte, é possível dizermos que as forças sociais que operam os aparelhos de Estado e que tocam as políticas públicas hoje em governos progressistas da região entendem que convivemos, numa democracia, com “tarefas pendentes”. Por isso o debate em torno do Estado tornou-se uma fixação ou um lugar no qual se distingue num nível mais imediatamente cognitivo esquerda de direita.

“(…) Entre as novas ideias-força com caráter expansivo que começam a aglutinar setores sociais está a reivindicação nacional-étnica do mundo indígena, que permitiu um avanço de um tipo de nacionalismo indígena no setor aimará do altiplano e a constituição de uma esquerda eleitoralmente bem-sucedida (...) a recuperação estatal dos recursos públicos privatizados e a ampliação da participação social e da democracia por meio do reconhecimento de práticas políticas não liberais de cunho corporativo, assembleístico e tradicionais (...) são convicções que estão deslocando fidelidades liberais e privatizadoras

emanadas do Estado (...)” (LINERA, 2010, p.289)

Boa parte da processualidade de tal formulação ancora-se na assimilação do pensamento de Antonio Gramsci pela esquerda latino-americana e, sobretudo, em sua teoria ampliada do Estado. Ao conservar o conteúdo original do método marxista frente ao fenômeno estatal, tomando este como “comitê executivo da burguesia”, o filósofo italiano complexifica suas determinações e identifica na evidência histórica da “socialização da política” (COUTINHO, 2008, p.52) a exigência de uma reorientação tática da estratégia revolucionária da classe trabalhadora. Aqui pensamos existir uma associação quase que espontânea na práxis política contemporânea das forças sociais anticapitalistas, comprometidas com a construção de um cenário pós-neoliberal na América Latina, entre a teoria política gramsciana e o neodesenvolvimentismo cuja intersecção é o Estado. Sem entrarmos na efetiva operação dos conteúdos de cada abordagem, acreditamos que o suposto da “guerra de posição” faz parte da imaginação ideopolítica que estrutura a práxis político-econômica de governos progressistas na região que se identificam como esquerda – e/ou afinados com o projeto de uma sociedade socialista. Ou seja, faz parte da discursividade neodesenvolvimentista hoje a suposição de que o Estado é um espaço de disputa, sendo seu conteúdo político medido pela força política que o operacionaliza. Admitindo aqui certa correção, pensamos que, ainda assim, algumas reflexões exigem maior energia: é possível, após a crítica do subdesenvolvimento ancorada nos teóricos da Dependência, que negaram este como anomalia do desenvolvimento capitalista, fazer do “desenvolvimento” uma plataforma positiva de superação das históricas chagas sociais que persistem nos países latino-americanos? É possível, posto isto, idear o Estado como o agente que, por definição, antinomiza as tendências sociais que historicamente nos hierarquizam no mundo de modo subordinado diante das economias nacionais do centro do sistema? É possível opor-se ao programa

neoliberal no mesmo nível que se antagoniza com o próprio sistema capitalista? A defesa da ação estatal representa o máximo do antagonismo com o *status quo* vigente? Ou mais: a crítica do desenvolvimentismo, operada inclusive por setores políticos que hoje representam o neodesenvolvimentismo, não deveria comportar, no sentido radical do termo, uma crítica do Estado?

Não queremos, pois não estamos à altura disto, fazer um ajuizamento das qualidades efetivas dos governos progressistas na América Latina. Acreditamos apenas que a justeza de nossas intenções políticas passa por um exame que inclui nossa própria figuração de mundo. A crítica do desenvolvimentismo, ou de sua mais recente expressão, o neodesenvolvimentismo, parece por vezes negligenciar o estatuto do Estado na processualidade da ordem vigente. Como se fosse possível ser mais esquerda que direita, ou mesmo que a esquerda que hoje governa inúmeros países da região, sendo somente mais estatal. O que, em si, não nos parece uma grave questão. Ocorre, no entanto, que a peleja ideológica dá-se, fundamentalmente, em torno do edifício crítico de Engels e Marx que, mesmo com seus desenvolvimentos necessários, exige não perder de vista o Estado (o mesmo valendo para a democracia, o direito, a cidadania, a esfera pública etc.) enquanto espaço *negativamente* burguês – mas sempre burguês. O Estado, e tudo o que este implica, não é por si essencialmente polarizável a uma sociabilidade burguesa, capitalista etc.:

“(...) Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns, e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, que adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real (...)” (ENGELS & MARX, 2009, p. 76).

CONCLUSÃO

Não pensamos haver aqui algo de acabado em torno da questão, mesmo porque o próprio trabalho situa-se num nível de esforço que não apresenta sua

expressão mais madura. Tentamos aqui apenas somar ao debate crítico sobre o neodesenvolvimentismo, agregando referências que acreditamos serem pertinentes em torno do referido debate. Optamos, por limites próprios de nosso esforço, em tomar a discussão em um nível mais genérico, mas, reconhecendo que na totalidade estão as coordenadas para a apreensão teórica e efetiva do particular – esperamos haver algum êxito nesta empreitada que funda tal escolha. Pensamos que é possível tomarmos o neodesenvolvimentismo como a grande plataforma ideopolítica que estrutura a concepção de mundo não apenas das forças políticas que governam os países latino-americanos bem como dos movimentos sociais que os alicerçam, mas também da esquerda que exige destes mesmos governos uma radicalização prática dos enunciados que representam na contemporaneidade – pós-neoliberalismo, anticapitalismo, soberania etc.

Como boa parte da crítica teórica ao neodesenvolvimentismo dá-se sob referências políticas e ideológicas explicitamente marxistas, acreditamos que é necessária a revisão crítica dos pressupostos que estruturam a referida crítica frente ao fenômeno estatal e suas respectivas instituições políticas. Uma abordagem rica sobre o Estado enquanto problema, à práxis política da esquerda na América Latina, inclusive, encontra-se condensada na obra de Giorgio Agamben. Pensamos que a orientação estatal da esquerda hoje é possível se crítica ao fenômeno estatal, em suas dimensões e desdobramentos consequentes.

“(...) Mostrar o direito em sua não-relação com a vida e a vida com sua não-relação com o direito significa abrir entre eles um espaço para a ação humana que, há algum tempo, reivindicava para si o nome ‘política’. A política sofreu um eclipse duradouro porque foi contaminada pelo direito, concebendo-se a si mesma, no melhor dos casos, como poder constituinte (...) quando não se reduz simplesmente a poder de negociar com o direito (...)” (AGAMBEN, 2008, p.1333).

Não estamos em condições de imaginar, nem acreditamos que seja possível hoje, a qualquer força social apresentar-se como possibilidade histórica e/ou oferecer seu projeto societário como comum e

universal, alijando-se do Estado enquanto questão – o que, porém, não pode justificar uma mera recomposição operativa do aparelho estatal posto⁸. Desse modo, acreditamos que a efetivação da concepção de mundo que organiza a práxis política da esquerda na América Latina na contemporaneidade exige em algum nível uma problematização crítica do Estado – inclusive para este operar conteúdos aos quais espera-se, nesta posição ideopolítica, sejam suficientemente radicais ao ponto de promover a superação das condições que exigiram a mobilização política de amplos setores das sociedades latino-americanas nas últimas décadas comprometidos com a concretização de uma associação entre indivíduos iguais e livres, não mais mediados pelo metabolismo do capital.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

* Mestrando em Serviço Social na UERJ, integrante do GPT – Ontologia Crítica/ UERJ coordenado pelo Prof. Mário Duayer, Graduado em Ciências Sociais pela UERJ e licenciado pela mesma desde 2009. Professor concursado na rede estadual de sociologia desde 2010 e organizador do Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia/ CEII.

BORON, Atilio A. *A Coruja de Minerva – Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BORON, Atilio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Notas sobre cidadania e modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã: a crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FLORESTAN, Fernandes. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*: Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FLORESTAN, Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (organizadores). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, Emir. *A Nova Toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (coordenadores); Martins, Carlos Eduardo; Valencia, Adrián Sotelo (organizadores). *A América Latina e os desafios da globalização*. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

¹“(…) O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica mas também política (…).” (GENTILI, SADER (org). ANDERSON, 2007, p.9).

² Roberto Schwarz, no clássico “As Idéias Fora do Lugar” (1981), pondera em sua investigação que a inadequação ou incompreensão quanto aos valores liberais e modernos nas nações periféricas, antigas colônias, é mera aparência. Uma vez que a inserção civilizacional destas na modernidade burguesa é fundamentalmente instrumental-formal. Isto é, não lhes cabe, mais do que não ser possível, assumir a modernidade como um arranjo mental com implicações necessárias no plano do social – no âmbito dos direitos, por exemplo. De maneira que não há contradição antagônica, por assim dizer, na composição arcaico-moderno comum à região. Uma vez que, numa perspectiva global ou total, é por meio desta assimetria ou hiato que a modernidade, como produto de uma sociabilidade burguesa, é sustentada.

³ Em “A Revolução Burguesa no Brasil” (1976) o autor pensa nossa modernização como expressão de uma “modernização conservadora”. Florestan procura, aludindo à categoria de Barrington Moore Jr, demarcar que o caráter conservador da modernização no país não repousa na incapacidade da burguesia nativa em realizar o paradigma moderno e sim, justamente, pela especificidade de nossa inserção no cenário do sistema global – do qual, inclusive, esta mesma burguesia é resultado.

⁴“(…) prioritária diretriz governamental voltada para a elevação substancial dos investimentos, especialmente públicos e nacionais, bem como privados e estrangeiros. Pressupõe ainda o fortalecimento da iniciativa do Estado (...) por sua capacidade indutora de desenvolvimento (...)” (Lula Presidente – Programa de Governo 2007-2011, 2006, p.8).

⁵ Segundo Safatle (2006) “(...) construir a noção de negação determinada exatamente como dispositivo de crítica à ideia de que as oposições dão conta da estruturação integral das relações. Pois a oposição pode admitir que só é possível pôr

um termo através da pressuposição da realidade do seu oposto, que aparece aqui como limite de significação (...)" In: *dois pontos* (UFPR), São Carlos- Curitiba, v. 3, n. 1, p. 124-167.

⁶ A Escola da Dependência ou Teoria da Dependência nasce num contexto intelectual, durante os anos 60, em que diversos intelectuais – Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini entre outros – valendo-se criticamente do instrumental marxiano objetivam a compreensão das insuficiências do capitalismo latino-americano. Para tal, blindando o referido instrumental de suas vulgarizações eurocêntricas, positivistas e economicistas presentes à época.

⁷ "(...) Outro contraste relevante do novo desenvolvimentismo com o nacional-desenvolvimentismo é a liberalização comercial (...) A liberalização comercial também é um dos pontos principais do Consenso de Washington e do neoliberalismo. Assim, em mais uma questão estratégica relevante, o novo desenvolvimentismo aproxima-se do Consenso de Washington e do neoliberalismo (...)" (GONÇALVES, 2012, p.17).

⁸ "(...) o pensamento político da esquerda tem sido extremamente pobre (...) quando ela pensa a recomposição do aparelho do Estado, se centra na sua capacidade de ter propriedade ou não (...) a plataforma da esquerda se limita a uma visão muito restrita dos pontos comuns apresentados na resistência às ofensivas liberalizantes (...)" (SADER, 1998, p.142-143).